

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.177.461 -  
MG (2017/0242123-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE** : WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA  
**ADVOGADOS** : ALESSANDRA BITTENCOURT DE GOMENSORO E OUTRO(S) -  
RJ108708  
ARIANE COSTA GUIMARÃES - DF029766  
MÁRIO GRAZIANI PRADA - RJ182956  
ROBERTO QUIROGA MOSQUERA E OUTRO(S) - RJ148170  
PEDRO LUCIANO MARREY JUNIOR E OUTRO(S) - RJ148285  
**EMBARGADO** : ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PROCURADOR** : SÉRGIO ADOLFO ELIAZAR DE CARVALHO E OUTRO(S) -  
MG041311

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. NÍTIDO CARÁTER PROTETATÓRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS, COM IMPOSIÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, § 2º, CPC/2015.

1. Nos termos do art. 1022 do Código de Processo Civil/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: (a) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (b) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou (c) corrigir erro material.

2. Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão de matéria devidamente abordada e decidida no acórdão embargado, sobretudo quando ausentes os referidos vícios.

3. A reiteração em segundos embargos de declaração dessa mesma ordem de alegações, além de caracterizar o uso inapropriado dos aclaratórios com a finalidade de obter o rejugamento da causa, também configura o manejo com intuito protelatório a ensejar a respectiva reprimenda processual.

4. Embargos de declaração rejeitados. Reconhecimento do caráter protelatório com condenação do embargante ao pagamento de multa de um por cento sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

5. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas,

# *Superior Tribunal de Justiça*

acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

